

# O conceito de equivalência e sua relação com a localização de *software*<sup>1</sup>

Adriana Ceschin Rieche

Mestre em Estudos da Linguagem, PUC-Rio, 2004.

## ■ Resumo

Este artigo procura discutir, a partir de perspectivas teóricas diferentes, o conceito de *equivalência*, buscando respaldar o tipo de trabalho e pesquisa que venho desenvolvendo na área de localização de *software* e memórias de tradução. Como forma de chegar a esse conceito, foram selecionados alguns estudiosos da tradução com visões inteiramente diferentes de equivalência: Eugene Nida, representando a visão da tradição, André Lefevere, representando a visão descritivista, e Christiane Nord, representando a visão funcionalista. As principais características de cada uma dessas correntes, seus pontos fortes e fracos são apresentados, verificando se abrangem ou não a localização.

**Palavras-chave:** Estudos da tradução. Equivalência. Localização de *software*.

## ■ Abstract

The purpose of this article is to discuss the concept of equivalence based on different theoretical perspectives, with a view to support the kind of work and research I develop in the area of software localization and translation memory. As a means to reach such concept, a few translation scholars with completely different views of equivalence were selected: Eugene Nida, representing the traditional approach; André Lefevere, representing the descriptive approach; and Christiane Nord,

representing the functionalist approach. The main characteristics of each theoretical view, their strengths and weaknesses are analyzed in an attempt to deal with localization.

**Key-words:** Translation studies. Equivalence. Software localization.

Este artigo procura analisar, a partir de perspectivas teóricas diferentes, o conceito de *equivalência*, buscando respaldar o tipo de trabalho e pesquisa que venho desenvolvendo na área de localização de *software* e memórias de tradução, na tentativa de conciliar teoria e prática.

Em linhas gerais, a localização consiste na tradução e adaptação de um *software* ou de um produto da Web (aqui entendido como um *site* ou serviço que pode ser utilizado diretamente via Internet) ao local em que serão utilizados. A indústria da localização considera a tradução apenas como uma das atividades do processo de localização de determinado produto ou página da Web, e dá grande ênfase à equivalência que deve existir entre texto original e tradução. Ou seja, vai estar sempre procurando a correspondência mais próxima entre o texto de partida e de chegada, nos níveis do sintagma, da sentença e do próprio texto. No entanto, envolve muitos outros aspectos. Até o advento da Internet e da World Wide Web, um projeto típico de localização compreendia a tradução e a engenharia completa do aplicativo de *software*, seus arquivos de ajuda, um conjunto de manuais impressos e cartões de referência e registro incluídos na caixa do produto. Muitos projetos

de localização ainda seguem esse modelo. Entretanto, com as novas tecnologias de publicação e distribuição baseadas na Web, hoje a localização também inclui a tradução e a adaptação de *sites* inteiros.

O termo “localização”, derivado da indústria de *software*, está intimamente associado ao processamento eletrônico de textos por equipes coordenadas e, emprestado do inglês *localization*, já faz parte do vocabulário de vários outros idiomas. Envolve a adaptação lingüística e cultural de um produto para o local (país/região e idioma) no qual ele será usado e comercializado (ESSELINK, 2000, p. 3). Em outras palavras, refere-se ao processo de produzir versões específicas de *software* para uso em mercados diferentes daqueles em que foram originalmente desenvolvidos.

A localização é hoje um mercado que movimentava bilhões de dólares em todo o mundo, segundo estimativas da indústria, e em muitos casos provou ser o principal fator para aceitação e sucesso comercial de produtos de *software* em nível mundial. Tradicionalmente, entretanto, é uma área pouco afeita às possíveis contribuições dos estudos teóricos.

Uma vez que a grande maioria dos aplicativos é desenvolvida originalmente em inglês (norte-americano), isso significa que é a partir da versão nesse idioma que as várias outras versões serão produzidas. Assim, a tradução constitui uma etapa central nesse processo, mas não é a única. É muito importante ter em mente que um *software* é um mecanismo ativo que processa textos, números, imagens e sons; é um produto dinâmico por natureza. Um *software* traduzido torna-se um mecanismo ativo na língua de chegada exatamente como o *software* original: ele deverá processar dados conforme as regras da nova língua (UREN, 1993, p. 1). A funcionalidade deve ser preservada, e isso é fundamental. Para ser traduzido, um *software* precisa ser desmembrado em elementos que possam ser manipulados pelo tradutor. Daí a necessidade de várias etapas no processo, incluindo engenheiros especializados em localização, profissionais de editoração eletrônica e gerentes de projeto, entre outros.

Joan Parra, tradutora e professora de localização na Universitat Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha, chama atenção para o fato de a localização ser um processo complexo, no qual “a ‘tradução em sentido estrito’ interage com outras operações” em função de características específicas, classificadas em três grupos: a natureza do que é traduzido, o meio e o formato em

que o material será utilizado, e as peculiaridades da indústria da localização e do mercado de *software* (PARRA, 2000, p. 244).

Neste estudo, o foco será nos aspectos diretamente ligados à tradução, ou que de alguma forma afetem o trabalho de tradução nos projetos de localização, uma vez que as outras etapas envolvem procedimentos técnicos fora do alcance do tradutor. De qualquer maneira, um tradutor que trabalha com localização precisa estar ciente de que sua atividade terá impacto direto sobre o restante da “cadeia de produção”.

Parece óbvio afirmar que não existe nada melhor para respaldar a prática do que a teoria. No entanto, essa não é uma questão simples. Não são raros os exemplos de tradutores profissionais ou mesmo alunos de tradução que afirmam que teoria e prática são inconciliáveis. Por outro lado, podemos pensar em teorias que, se aplicadas à risca, levariam à hipótese de que a tradução seria impossível (MOUNIN, 1975).

Um dos motivos que pode explicar essa separação entre teoria e prática, no campo da tradução técnica em geral e na localização especificamente, é a dificuldade de encontrar um arcabouço teórico voltado para questões práticas diárias, que envolvem muitas vezes relações com clientes, sejam eles grandes empresas ou editoras. Além disso, nenhuma teoria foi desenvolvida especificamente tendo uma única prática em mente e vice-versa: nenhuma prática se desenvolveu exclusivamente a partir de uma corrente teórica da tradução. Isso também se aplica ao caso da localização.

Anthony Pym, tradutor e diretor dos programas de pós-graduação em tradução e localização na Universitat Rovira i Virgili, em um artigo em que discute a localização e sua relação com as teorias de tradução (“What Localization Models Can Learn From Translation Theory”, *LISA Newsletter*), afirma que algumas características da localização podem ser bem aproveitadas pela teoria, como o trabalho em equipe, a eficiência, a forma de explicar problemas aos clientes e o uso eficaz da tecnologia, mas que o inverso também é verdadeiro. Segundo Pym, a localização pode e deve aprender com a teoria. No artigo, ele desmitifica algumas crenças comuns da indústria da localização com relação à possível contribuição da teoria para essa prática, como o fato de a tradução ser uma parte pequena do processo e de seguir normas idênticas em qualquer parte do mundo. Pym cita os estudos descritivos e a *Skopostheorie* como

vertentes teóricas que podem contribuir para o processo de localização. Esse tema foi expandido pelo autor em um livro recente, *The Moving Text. Localization, Translation and Distribution* (2004), em que Pym estabelece um diálogo entre a teoria da tradução e a localização, dedicando um capítulo inteiro à questão da equivalência na tradução e na localização (“Equivalence, *malgré tout*”).

Equivalência é um conceito muito utilizado nos estudos de tradução, em várias épocas e por vários teóricos diferentes, a partir de perspectivas muito distintas, por vezes antagônicas. Além disso, com frequência, o conceito é empregado sem uma definição exata, partindo do pressuposto de que todos entendem o que o termo quer dizer. Eugene Nida, John Catford, Katharina Reiss e Wolfram Wilss são exemplos de estudiosos que priorizam a sistematização da equivalência tendo como base a lingüística (seja ela estrutural, textual ou discursiva). Roman Jakobson, por sua vez, define tradução como envolvendo “duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes” e afirma que “a equivalência na diferença é o problema principal da linguagem e a principal preocupação da lingüística” (JAKOBSON, 1969, p. 65). Já André Lefevere busca relativizar o conceito ou limitar seu alcance, tendo como base principalmente a descrição de traduções literárias.

Ciente da complexidade da questão, meu objetivo foi procurar chegar a um conceito operacional de equivalência que pudesse ser usado em minha prática tradutória de forma aceitável.

Como forma de chegar a esse conceito, foram selecionados alguns estudiosos da tradução com visões inteiramente diferentes de equivalência: Eugene Nida, representando a visão da tradição; André Lefevere, representando a visão descritivista; e Christiane Nord, representando a visão funcionalista. Vejamos as principais características de cada uma dessas correntes, seus pontos fortes e fracos e se podem ou não dar conta da localização.

### ■ Eugene Nida e a equivalência dinâmica

Eugene Nida é especialista em tradução da Bíblia e considera que os problemas enfrentados pelos tradutores de textos bíblicos são equiparáveis aos encontrados em qualquer outro texto. Ele escreve sobre a teoria e a prática da tradução, a partir de sua experiência e tomando a lingüística como instrumento de análise e

solução de problemas de tradução. Suas principais obras constituem um verdadeiro tratado para os tradutores, com sugestões práticas que enfatizam a transferência do sentido do original, de forma natural e espontânea. O objetivo seria produzir, no leitor da tradução, a mesma reação que o original teria produzido em seus respectivos leitores. Ele denomina a equivalência assim obtida “equivalência dinâmica”, conceito que, como veremos, teve grande repercussão nos estudos da tradução.

A obra que serve de base aqui para a análise da teoria da tradução proposta por Eugene Nida é *Toward a Science of Translating*, publicada em 1964, em que o autor pretende “ajudar os tradutores” (p. ix), apresentando os princípios que, a seu ver, devem nortear o trabalho de um tradutor competente.

Nessa obra, Nida deixa bem claro seu objetivo de descrever cientificamente “o processo de transferência de uma mensagem de uma língua para a outra” (p. 3) a partir de sua experiência prática como tradutor da Bíblia. Sua proposta é desenvolver uma abordagem teórica com validade científica para aplicação à tradução como um todo.

O autor considera a língua como um “código comunicativo” (p. 30) e, para explicar seu modelo, se vale de subsídios teóricos da gramática gerativo-transformacional - cujas bases foram lançadas por Noam Chomsky, em *Syntactic Structures* (1957), e posteriormente expandidas em *Aspects of the Theory of Syntax* (1965) - e da teoria da comunicação. Expressões típicas desses autores, como “núcleo”, “estrutura profunda”, “essência”, “receptor”, “mensagem”, “transferência”, “codificação” e “decodificação”, são constantes em seu texto. Edwin Gentzler (1993, p. 44) afirma, inclusive, que Nida teve acesso às provas de *Syntactic Structures* de Chomsky dois anos antes de sua publicação e que incorporou as premissas teóricas, as regras transformacionais e a terminologia desse autor ao trabalho, conferindo, assim, legitimidade científica a seu texto, embora haja diferenças significativas entre o que cada autor considera ser “núcleo” e “estrutura profunda”.

A tradução para Nida é um “ato comunicativo”, em que a mensagem do original seria decodificada pelo tradutor-receptor e transformada, por um “mecanismo de transferência” (NIDA, 1964, p. 146), em uma mensagem na língua traduzida. O teórico utiliza exemplos bíblicos para defender seu ponto de vista, questionando o que considerava ser uma ênfase excessiva na tradução

literal, entendida como tradução presa à forma do original – o que, segundo ele, não permite uma comunicação eficiente. Sua principal crítica a determinadas traduções da Bíblia é a falta de clareza para o leitor moderno em razão de formas arcaizantes. Uma das versões criticadas é a da American Standard Version, do início do século XIX, feita por Matthew Arnold, na qual identifica “efeitos perniciosos” (p. 20-21), uma vez que as palavras até podiam estar expressas em inglês, mas a gramática era totalmente alheia à estrutura da língua inglesa, dificultando seu entendimento. Em oposição a essa tradução, Nida considera aceitável a tradução do Novo Testamento feita por J. B. Phillips (*The New Testament in Modern English*), em que o conteúdo da mensagem é, em sua opinião, preservado e transmitido em linguagem clara para o leitor.

Os dois casos acima são exemplos do que Nida chama de *equivalência formal* e *equivalência dinâmica*, respectivamente. A equivalência formal está centrada na mensagem em si, tanto em forma quanto em conteúdo, e é caracterizada pela reprodução literal do original. A mensagem tem de estar em correlação com os elementos da língua-fonte. Trata-se de uma tentativa de reproduzir literalmente a forma e o conteúdo do original, de modo a “permitir que o leitor se identifique” com uma pessoa no contexto da língua-fonte e entenda seus costumes, maneiras de pensar e meios de expressão (p. 159). Nesse tipo de tradução, não é incomum o uso de notas de rodapé explicando o que determinada passagem quer dizer, em razão de sua natureza literal. Um exemplo desse procedimento, para Nida, seria traduzir “to greet one another with a holy kiss” por “cumprimentar-se com um ósculo sagrado” e incluir uma nota explicando que essa era a forma de saudação na época no Novo Testamento.

A equivalência dinâmica tem como meta atingir um “efeito equivalente”. Seu objetivo é estabelecer “uma relação entre receptor e mensagem que seja substancialmente a mesma que aquela que ocorreu entre a mensagem e os receptores originais” e sua característica é a “completa naturalidade de expressão”, buscando assim relacionar o receptor com os modos de comportamento relevantes no contexto de sua própria cultura, em vez de “insistir que ele compreenda os padrões culturais do contexto da língua-fonte para que entenda a mensagem” (p. 159). O “efeito equivalente” seria alcançado, por exemplo, com a tradução de “holy kiss” por “give one another a hearty handshake all

around” (dar um sincero aperto de mão) (p. 160). Nida privilegia a tradução por equivalência dinâmica e coloca o foco na reação do leitor da tradução.

No que diz respeito à tradução de *software*, como bem observou Pym (2003, p. 2), a “equivalência dinâmica” pode ser uma possível fonte de soluções criativas em oposição a uma tradução mais literal, típica da “equivalência formal”, presa ao texto de origem, privilegiada pelos gerentes dos projetos de localização, principalmente no que tange ao número de caracteres que determinada mensagem deve ter para caber em uma caixa de diálogo específica. Pym elogia a criatividade de Nida e faz a ressalva de que ele estava preocupado com a tradução da Bíblia, mas não menciona os pressupostos religiosos do autor, que acabam interferindo nas interpretações dadas aos textos bíblicos, como veremos.

Outro aspecto que também pode ser ressaltado nas idéias de Nida como positivo e passível de aplicação na indústria da localização seria sua ênfase na prática tradutória. Em *Toward a Science of Translating*, pela própria natureza da obra, Nida está o tempo todo apresentando a profissão, mostrando como o trabalho do tradutor é importante e complexo.

O que sempre prevalece em todos seus comentários é a noção de que a tradução é parte do processo de comunicação e, como tal, deve favorecê-lo. Nesse contexto, Nida considera o tradutor um elemento-chave no processo de comunicação da mensagem. O teórico reconhece a complexidade do trabalho e afirma que não basta conhecer bem as línguas de partida e de chegada para ser tradutor. Interessantemente, ele fala dos papéis que o tradutor pode assumir nesse processo, enfatizando o trabalho em equipe. Esse aspecto é relevante para a prática. Justamente por reconhecer que o ideal nem sempre é possível, Nida fala de “comissões de tradução” formadas para levar a cabo projetos de tradução, prática atualmente bastante difundida hoje em dia nos mercados de tradução técnica em todo o mundo, especificamente aqueles voltados para a tradução de *software* e *sites* da Internet.

Um outro mérito de Nida é ter incluído o contexto cultural em seu modelo. Exatamente por ter experiência prática na introdução de novas idéias e conceitos em culturas remotas, Nida incorporou o contexto em que ocorre a comunicação em seu modelo. Sua preocupação com o contexto e com o leitor da tradução é muito válida; embora veja o leitor como inteiramente passivo, é um

ponto positivo já considerá-lo no processo. Nida enfatiza que a mensagem deve ser adequada à cultura receptora na qual o leitor está inserido.

Como observado, a abordagem de Nida é inteiramente pautada na idéia de que a tradução “correta” e, portanto, “boa” (de “qualidade”) seria aquela que causasse no leitor o mesmo efeito causado nos leitores da obra original. No entanto, como é possível medir uma “resposta equivalente”? Se não é possível mensurar esse fenômeno, como usá-lo então para avaliar as traduções?

Considerando a importância atribuída à mensagem divina original de que trata Nida, é natural que o princípio fundamental que norteia sua teoria seja justamente a idéia de que essa mensagem é imutável e deve estar acessível ao maior número de pessoas possível. E, para atingir isso, precisa estar escrita de forma clara e natural. Embora não explicita isso em *Toward a Science of Translating*, é possível identificar suas metas missionárias: a fé protestante está presente, orientando suas interpretações.

Nida não problematiza em momento nenhum a possibilidade de acesso aos sentidos do original. Para o autor, os sentidos podem ser captados por meio de operações lingüísticas (análise e transformações) e convertidos em uma nova mensagem. Assim, prevalece a idéia de que haveria uma leitura correta e, portanto, mais fiel ao original do que qualquer outra, e a possibilidade de haver um leitor perfeito capaz de captar o sentido original pretendido pelo autor. Da mesma forma, em momento nenhum considera que a interpretação feita e a solução dada possam estar relacionadas com as crenças e concepções do tradutor - no caso específico de Nida, com a fé e os valores da religião protestante.

### ■ André Lefevere e a equivalência cultural

André Lefevere integra-se ao grupo de teóricos que procuraram estabelecer um novo paradigma para o estudo da tradução literária, em meados da década de 1970. Sob o nome de *Descriptive Translation Studies*, o novo paradigma ampliou o campo de trabalho da tradução para incorporar a cultura, em um movimento denominado “virada cultural”, que passa a lidar não só com textos ou repertórios de textos em paradigmas históricos, mas com a análise do papel das instituições que promovem, limitam ou influenciam a produção da tradução.

Não formando propriamente uma escola, esse

grupo conta com estudiosos de vários países, como Theo Hermans, Jose Lambert, Raymond Van den Broeck, Sussan Bassnett, Itamar Even-Zohar, Gideon Toury, que compartilham pressupostos básicos, sintetizados por Theo Hermans, na coletânea que lançou as bases desse novo modelo, como: uma visão da literatura como um sistema dinâmico e complexo; a convicção de que deve haver uma interação permanente entre modelos teóricos e estudos de caso; uma abordagem da tradução literária de caráter descritivo e voltada para o texto de destino, além de funcional e sistêmica; e um interesse nas normas e coerções que governam a produção e a recepção de traduções, na relação entre a tradução e outros tipos de reescrita e no lugar e função da literatura traduzida tanto em um determinado sistema literário quanto na interação entre literaturas (HERMANS, 1985, p. 10-11).

A nova abordagem apresenta-se como uma alternativa às visões lingüísticas anteriores, consideradas prescritivas, e volta-se para o estudo de traduções literárias, postulando que o objeto de suas investigações não seriam obras que detivessem uma “verdade transcendental”, nem textos “fixos” no mundo real que pudessem ser cientificamente examinados (p. 26). Assim, baseia-se na suposição de que traduzir é uma atividade orientada por normas culturais: a própria escolha dos textos a serem traduzidos, as decisões interpretativas, estilísticas e formais tomadas durante o processo tradutório, a divulgação, a recepção e a avaliação das traduções, são muito influenciadas pelo contexto sociocultural.

Itamar Even-Zohar e Gideon Toury<sup>2</sup> são dois estudiosos israelenses que se destacam nesse grupo pelo modelo polissistêmico desenvolvido para o exame da história da literatura traduzida para o hebraico. Na análise de Else Vieira (1996), os teóricos de Tel-Aviv priorizam o referencial do pólo receptor, “concebendo a tradução como um sistema interagindo com vários outros sistemas semióticos deste pólo e como uma força modeladora de sua literatura” (p. 138). André Lefevere “compartilha, em parte, concepções análogas, todavia acrescentando a tal trajetória novas direções e introduzindo novas dimensões, como a de poder” (*ibidem*). Ele enfatiza o papel dos agentes de continuidade cultural na transformação de textos de autores e culturas estrangeiras, revelando um mecanismo de controle, que denomina *patronagem*, para designar os “poderes

(pessoas, instituições) que auxiliam ou impedem a escrita, a leitura e a reescrita da literatura” (Lefevere, 1985, p. 227). A patronagem pode ser exercida por pessoas isoladamente, religiosos, partidos políticos, classes sociais, editores, imprensa e o sistema educacional. Com isso, incorpora ao modelo a dimensão de ideologia e poder e mostra a influência recíproca entre as traduções e as culturas receptoras. Para ele, a cultura atribui diferentes funções a traduções de diferentes textos, entendendo-se aqui “função” como “lugar sistêmico” ou posição ocupada em um sistema.

*Translation, History and Culture* (1990), organizado por André Lefevere e Susan Bassnett, é uma coletânea de ensaios que marcam claramente esse novo rumo para os estudos da tradução que valorizam a cultura e no qual as línguas passam a ser a “expressão das culturas”. Em “Proust’s Grandmother and the Thousand and One Nights: the ‘Cultural Turn’ in Translation Studies” (1990), artigo que serve de introdução à coletânea, o teórico belga e Susan Bassnett criticam o caráter normativo da lingüística e vários conceitos a ela associados, inclusive o de equivalência, e defendem a idéia de que a tradução é apenas uma das muitas formas em que as obras literárias são reescritas. Segundo os autores, em muitos sentidos, se uma obra não for reescrita de uma forma ou de outra, são poucas as chances de que ela sobreviva (LEFEVERE & BASSNETT, 1990, p. 10).

Essa noção de tradução como *reescrita* de determinado original – resultado de uma complexa articulação do sistema literário com outras instituições, práticas institucionalizadas e outras formações discursivas – tem como efeito inserir o texto traduzido em um contexto sócio-histórico, cultural e político específico (p. 12-13). Considera-se a função relativa de determinado texto nos contextos de origem e de destino e não mais categorias ou padrões definidos *a priori* para sua análise ou avaliação. Assim, as noções tradicionais de *equivalência* e *fidelidade* foram questionadas e redefinidas.

Para Lefevere, o sucesso ou o fracasso de determinada tradução na cultura de destino não tem relação com a qualidade da tradução em si, mas com fatores culturais, já que toda tradução ocorre em um contexto e em um momento histórico, e está sujeita ao componente ideológico e às coerções culturais que limitam o discurso. Além disso, envolve mais do que o domínio de duas línguas e o uso de um dicionário bilíngüe.

Como as línguas expressam culturas, os tradutores devem ser biculturais e não apenas bilíngües (p. 11).

Se, por um lado, a proposta de Lefevere é interessante porque enfatiza a cultura e os aspectos socio-históricos, por outro seu enfoque exclui os textos não literários e considera “equivalentes” textos que sejam considerados como tal pela comunidade receptora da tradução, com pouca ou nenhuma ênfase no original, incluindo no *corpus* de análise textos que apresentam omissões, acréscimos, resumos, adaptações – que, para o teórico, são frutos da estratégia de produção da tradução utilizada pelo tradutor em função de todas as coerções que afetam a escrita e a reescrita (BASSNETT & LEFEVERE, 1990, p. 12). Embora seja possível aplicar o modelo a textos não literários, não creio que seja o mais adequado, por não ter sido especificamente desenvolvido para tal e, portanto, exigir muitos ajustes.

A posição de Lefevere com relação aos textos não literários, aliás, não parece clara. Ao mesmo tempo que diz que os textos acadêmicos ou não literários em geral podem ser traduzidos ignorando-se os aspectos culturais, ideológicos e poetológicos conferidos pelos significantes, uma vez, p. 18), o teórico afirma que textos científicos e não literários devem ser traduzidos da forma mais literal possível, porque envolvem questões econômicas e/ou financeiras, além do *status* do original (BASSNETT & LEFEVERE, 1990, p. 7). Em outras palavras, parece haver uma contradição: no primeiro caso, a linguagem científica, ou informativa, seria referencial e objetiva e não estaria sujeita às influências de fatores culturais, históricos, políticos ou ideológicos; no segundo caso, porém, o texto informativo sofreria as coerções impostas pela cultura de chegada ao texto a ser traduzido – o exemplo é especificamente da tradução de um manual de computador, que não poderá colocar em risco a operação do equipamento.

Além disso, como essa abordagem pretende descrever e analisar as estratégias que orientaram determinada tradução (ou grupo de traduções) e sua recepção na cultura de destino em determinado período histórico, não está voltada propriamente para os aspectos da verificação da qualidade do texto analisado, tendo em vista que qualquer forma de avaliação está associada, para Lefevere, à prescrição de regras definidas *a priori* e à noção tradicional de que a tradução deve seguir um parâmetro de correção, procedimentos com os quais não concorda. Por isso, o teórico evita o julgamento nesses termos e afirma que os leitores julgam uma

tradução em relação à confiança depositada em um tradutor (p. 2).

Anthony Pym, em seu artigo sobre as relações entre a teoria da tradução e a localização citado anteriormente, considera os estudos descritivos da tradução importantes por terem ressaltado que as normas que regem as traduções são diferentes em culturas diferentes e em épocas diferentes. Cada cultura parece ter suas próprias normas sobre o que é ou não aceitável em termos de tradução, e conhecer essas normas é tão útil quanto estar ciente de quaisquer outros paradigmas locais de comunicação (PYM, 2003, p. 3).

Quanto mais prestígio a cultura de destino considerar que tem, menos ela vai tolerar a presença de elementos estrangeiros nas traduções. E isso aumenta quanto mais influente for a cultura de destino, sendo o papel desempenhado pela tradução proporcionalmente menor nessa cultura. Por outro lado, talvez paradoxalmente, quanto mais determinada cultura traduz, mais tolera o uso de expressões estrangeiras nas traduções. Como bem ressalta Pym, algumas culturas aceitam bem o uso de termos e nomes próprios estrangeiros, ao passo que outras optam por usar termos em suas próprias línguas. Algumas culturas preferem adotar o discurso técnico da cultura estrangeira, ao passo que outras se ressentem dessa imposição (p. 3).

A tradução de informática no Brasil é um exemplo claro desse tipo de situação – os termos técnicos não só podem como devem ser mantidos em inglês, em muitos casos por causa de imposições das empresas multinacionais que financiam a tradução. Nesse sentido, creio que os estudos descritivos poderiam ser uma excelente moldura para estudar as questões de poder e ideologia que permeiam a produção de determinada tradução de *software*, por exemplo, considerando que a tradução nesses casos está sob influência das forças de mercado que regem a aceitação de determinado produto. Dentre outros tantos fatores que poderiam ser incluídos sob o termo “patronagem” nesse contexto, poderiam ser investigadas as coerções exercidas pelos fabricantes e desenvolvedores de *software*, no sentido de apressar o processo de tradução para satisfazer as exigências de comercialização do produto, ou de impor determinada terminologia considerada padrão por ser utilizada pelas empresas que dominam o mercado para manter sua “hegemonia”, inclusive em termos lingüísticos.

## ■ Christiane Nord e a equivalência funcional

Christiane Nord, professora de Lingüística Aplicada e Tradução na Universidade de Ciências Aplicadas de Magdeburg, na Alemanha, é autora de várias publicações importantes sobre os aspectos teóricos e metodológicos do ensino de tradução e apresenta, em um livro dedicado às abordagens funcionalistas à tradução, *Translating as a Purposeful Activity*, de 1997, uma visão geral das abordagens desenvolvidas na Alemanha que foram revolucionadas pela teoria da ação (*Handlungstheorie*) e pela teoria a ela relacionada do objetivo ou propósito de uma tradução (*Skopostheorie*). Além de explicar em linhas gerais essas teorias, o livro inclui exemplos de aplicações, expondo o conceito de *lealdade* do tradutor (*translator's loyalty*), desenvolvido por Nord como uma versão pessoal e moderada da abordagem funcionalista. *Funcionalismo* aqui significa que o ponto central é a função ou as funções dos textos e traduções. Trata-se de um termo abrangente para várias teorias que abordam a tradução a partir desse enfoque. A autora apresenta a *Skopostheorie* como a que mais influenciou o desenvolvimento dessa abordagem, mas afirma que não é a única que pode ser chamada de funcionalista. Essas teorias entendem que a tradução é uma *atividade* e que a teoria da tradução pode ser incorporada em uma teoria de ação ou atividade.

Em um breve histórico sobre as teorias que antecederam o surgimento do funcionalismo, Nord mostra como, na década de 1970, a equivalência ainda era o princípio que orientava o processo de tradução, ou seja, era geralmente o texto de origem ou algumas de suas características que tinha peso central. Cita a “equivalência dinâmica” de Nida como sendo a precursora da visão de equivalência funcional, uma vez que enfatiza o objetivo da tradução, as funções do tradutor e dos receptores e as implicações culturais no processo de tradução.

Como lembra a autora, no entanto, foi a abordagem lingüística de Nida – e não a equivalência dinâmica (muito possivelmente em função dos pressupostos religiosos do teórico, como vimos acima) – que teve enorme influência na Europa nas décadas de 1960 e 1970. Edwin Gentzler (1993), no capítulo em que trata da “ciência da tradução”, em seu livro *Contemporary Translation Theories* (1993), apresenta um panorama da abordagem lingüística de Nida e afirma

que o influente trabalho do autor tornou-se a base que sustenta o surgimento de um novo campo de pesquisa no século XX, o da ciência da tradução. A idéia de que a língua – e a tradução como operação puramente lingüística – poderia ser objeto de uma investigação estritamente científica é fruto da força assumida pela lingüística estrutural nas décadas anteriores, juntamente com a idéia de língua como um código e da tradução como uma operação de troca de códigos.

Assim como o modelo proposto por Lefevere apresentado acima critica a abordagem puramente lingüística à tradução, o funcionalismo também questiona a idéia de equivalência nos moldes tradicionais. Conforme apresentado por Nord (1997), Katharina Reiss e Hans Vermeer são os principais responsáveis pelo desenvolvimento da *Skopostheorie* e em 1984 lançaram *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*, livro em que apresentam os conceitos básicos dessa teoria, incluindo um novo conceito de equivalência subordinado ao de adequação (*Adäquatheit*). A primeira parte do livro, de autoria de Vermeer, é a apresentação dos princípios básicos da *Skopostheorie* como uma teoria geral de tradução e interpretação baseada na teoria da ação; a segunda parte, escrita por Katharina Reiss, é uma teoria “específica” que integra a tipologia de textos criada por ela ao arcabouço teórico do funcionalismo.

Na visão de Vermeer, a tradução deve ser regida basicamente pelo aspecto funcional que predomina no texto ou, na nova terminologia, pelo *Skopos* do original (em grego, função, objetivo). Diferentemente de Lefevere, para quem a função está relacionada ao papel que determinada tradução ocupa em um sistema literário, Vermeer ressalta o caráter comunicativo e pragmático, a função e a situação em que determinado texto será lido. Aspectos práticos como a função do texto, o público-alvo pretendido para ele, o momento e o local pretendidos para sua recepção, o meio no qual o texto será veiculado, o motivo para produção ou recepção do texto são levados em conta, assim como o elemento que dá início ao processo - o cliente ou o solicitante da tradução – e suas respectivas intenções ao produzir e solicitar a tradução de um texto.

A maioria das ações de tradução envolve vários objetivos, que podem ter entre si uma hierarquia. O tradutor deve ser capaz de justificar sua escolha de um determinado *Skopos* em determinada situação tradutória. Esse preceito tem como objetivo resolver o eterno dilema

existente entre tradução livre vs. fiel, equivalência dinâmica vs. formal, por exemplo, pois afirma que o *Skopos* de determinada tarefa de tradução pode exigir uma tradução “livre” ou “fiel” em relação ao original, ou ainda uma solução intermediária, dependendo do propósito para o qual a tradução se faz necessária. Além disso, o *Skopos* é descrito como uma “variável do receptor” ou do destinatário do texto traduzido. Isso implica que o sentido ou a função de um texto não são inerentes aos signos lingüísticos e não podem ser simplesmente extraídos por quem conhece o código. É o receptor quem dá sentido ao texto. Diferentes receptores ou o mesmo receptor em diferentes momentos encontrarão diferentes sentidos no mesmo texto. Pode-se dizer que haverá tantos textos quanto o número de receptores diferentes.

Vermeer resume esse conceito dinâmico de sentido e função dizendo que todo texto é apenas uma “oferta de informação” a partir do qual o receptor seleciona os itens que considerar interessantes e importantes. Aplicando esse conceito à tradução, o texto de destino é uma “oferta de informação”, formulada pelo tradutor para a cultura e a língua de destino a partir de uma oferta de terceiros em uma cultura ou língua de origem. Assim, Vermeer concebe a tradução com um “produto cultural” em que o tradutor é o “especialista transcultural”, cuja principal tarefa é permitir que a comunicação atinja seu *Skopos* com sucesso, levando em conta os “parceiros” da comunicação conforme o objetivo comunicativo da tradução (VERMEER, 1992, p. 13-14).

Essa visão é interessante por ressaltar que cabe ao tradutor decidir que procedimentos ou estratégias ele vai empregar para atingir o *Skopos*, que é definido pelas necessidades do solicitante da tradução em relação ao tipo de comunicação pretendida com o texto traduzido. Essas informações sobre o propósito comunicativo que a tradução deve atingir são idealmente passadas pelo solicitante, na forma do que Nord chama de *translation brief*, ou apresentação dos objetivos da tradução, e deve incluir a(s) função(ões) pretendida(s) pelo texto de destino, seu(s) destinatário(s), o veículo no qual será transmitido, local e período em que será publicado e, se necessário, o motivo da produção ou recepção do texto.

Evidentemente, poucos são os “clientes” que têm noção da importância desse tipo de informação para que a tradução atinja seus objetivos. No entanto, quanto mais experiência o tradutor tiver, mais condições ele terá de inferir ou descobrir quais são esses elementos.



Nord explica que, dentro da *Skopostheorie*, equivalência significa uma relação de igual valor ou função comunicativa entre o texto de origem e um texto de destino ou partes dele, como palavras, expressões, frases, estruturas sintáticas etc., e que a equivalência pode ser um dos objetivos possíveis a ser alcançado pela tradução. Envolve a adequação a um *Skopos* que requer que os textos de origem e de destino tenham a mesma função comunicativa. A adequação é um conceito dinâmico e é usada para descrever até que ponto determinado texto traduzido é apropriado ao objetivo comunicativo definido pelo *brief*. O *Skopos* da tradução determina a forma de equivalência necessária para uma tradução adequada (NORD, 1997, p. 35-36).

Apesar de todos esses pontos positivos, a própria Nord aponta possíveis problemas de uma visão radical dessa teoria. Um deles envolve a excessiva ênfase no propósito da tradução, que poderia justificar todos os procedimentos tradutórios adotados, sem levar em conta o texto original, mais ou menos como “os fins justificam os meios”. A autora introduz o conceito de *lealdade* (*loyalty*) no modelo funcionalista, não com referência à relação entre os textos de origem e destino, mas como uma categoria interpessoal que se refere à relação social entre pessoas. Para Nord, a tarefa do tradutor é fazer a mediação entre duas culturas, e essa mediação não pode ocorrer impondo o conceito específico de uma cultura aos membros de outra comunidade cultural - ou seja, é preciso respeitar o texto original e sua intenção comunicativa.

Nord afirma que sua versão pessoal da abordagem funcionalista se sustenta nesses dois pilares: função e lealdade. Segundo ela, é precisamente a combinação desses dois princípios que importa: a função refere-se aos fatores que fazem um texto funcionar da forma pretendida na situação de destino; a lealdade refere-se à relação interpessoal entre o tradutor, o autor/emissor do texto de origem, o(s) receptor(es)/destinatário(s) do texto de destino e o iniciador/solicitante da tradução. A lealdade limita a gama de funções do texto de destino justificáveis para um texto de origem em particular e leva à necessidade de negociação da tarefa de tradução entre tradutores e seus clientes (NORD, 1997, p. 126).

Por não ser radical, a visão de Nord parece bastante razoável, porque responde às críticas que argumentam que a abordagem funcionalista deixa os tradutores livres para fazer o que bem entenderem com

o texto original. Além disso, o modelo proposto oferece a possibilidade de usar diferentes tipos de tradução para diferentes situações, incluindo qualquer forma de tradução equivalente, dependendo da especificação de equivalência desejada.

Isso se reflete na visão de “erro” da abordagem funcionalista. Para o funcionalismo, a noção de erro de tradução deve ser definida em termos do objetivo do processo ou produto da tradução. Assim, determinada expressão não está “errada” por uma inadequação que lhe é intrínseca, mas se torna inadequada com relação à função comunicativa que deveria alcançar. Mesmo um desvio de uma regra gramatical, por exemplo, pode ser uma solução adequada em uma tradução que pretenda reproduzir o jeito incorreto de falar de alguém, ao passo que a reprodução fiel de um erro factual contido no original pode ser uma tradução inadequada, caso haja expectativa de que o texto de destino esteja factualmente correto.

Nesse sentido, qualquer procedimento de avaliação necessariamente teria de levar em conta todos esses fatores. A função de uma tradução pode ser analisada de duas perspectivas, enfocando: (a) a relação entre o texto de destino e seu público-alvo e (b) a relação entre o texto de destino e o texto de origem correspondente. Por um lado, a tradução é um texto que deve funcionar para os receptores da língua e cultura de destino e, como tal, pode ter qualquer função comunicativa. Por outro, a tradução é uma representação ou substituto na cultura de destino de determinado texto da cultura de origem e, como tal, pode ter funções bem diferentes em relação ao original. Alguns estudiosos da tradução de orientação funcionalista, como própria Christiane Nord, tentaram sistematizar essas relações em tipologias de textos utilizadas em seus modelos para avaliar traduções. Seus modelos pecam pelo excesso de categorizações, na tentativa de abarcar todas as possíveis combinações nessa relação entre texto de origem e tradução, incluindo classificações e subclassificações, por vezes muito complexas.

O ponto importante a ressaltar, no entanto, é a visão de equivalência nesses modelos, que me parece ser adequada para a prática tradutória: a equivalência é relativa e não absoluta, pois emerge do contexto e da situação e é definida pela ação de vários fatores diferentes, não sendo estipulada *a priori* por uma fórmula ou algoritmo de conversão de unidades lingüísticas entre uma língua e outra. É esse tipo de equivalência funcional

e pragmática que é considerada pelos funcionalistas mais apropriada para descrever as relações entre original e tradução.

Anthony Pym, ao relacionar as teorias de tradução com a localização no artigo supracitado, lembra que há quase 20 anos a *Skopostheorie* e a *Handlungstheorie* vêm insistindo que a tradução não é dominada pelo texto fonte, mas por relações com o cliente e pelo objetivo geral ou função que a tradução deve alcançar na cultura de destino, e que isso representa um avanço muito em sintonia com o desenvolvimento da profissão (PYM, 2003, p. 2). De fato, a teoria deve poder abarcar o que de fato acontece na prática. O que vemos muitas vezes é que o que o cliente exige e espera do tradutor é uma tradução “literal” seguindo à risca o original, para atender a determinado objetivo e necessidade do público-alvo em questão e que, outras vezes, quando alguns dos fatores envolvidos no processo mudam – objetivos, contexto, público-alvo –, o mesmo texto pode e deve ser traduzido de forma diferente, sem contudo, ser considerado “errado” ou “não equivalente”.

### ■ Alguns exemplos

Dentro dessa perspectiva, seria interessante analisar alguns exemplos de traduções de pequenos trechos de textos não literários tentando colocar em prática essa proposta.

A idéia é mostrar que existem várias traduções possíveis, dependendo do tipo de público que validará o texto traduzido. Mudando o cliente, o veículo, o público-alvo e a finalidade pretendidos, muda o texto traduzido. O sentido não está, portanto, no texto, mas é atribuído pelo tradutor conforme a situação na qual se encontra e atendendo a um propósito específico, mas sempre guiado pelo original.

Exemplo 1:

*PalmModem Accessory*

*Stay up-to-date even when you can't return to the office. Just snap your Palm Computing® organizer into this convenient, portable modem. Then press the HotSync® button to connect to your desktop via your phone line. Now you're able to send and receive data from your Palm Computing organizer to desktop applications - making it easy to check e-mail, update files, or back up your organizer.*

Os termos realçados apresentam mais de uma possibilidade de tradução, mesmo dentro do contexto técnico de uso do equipamento Palmtop. As possíveis soluções seriam:

<i>desktop</i>	área de trabalho, PC, <i>desktop</i>
<i>e-mail</i>	<i>e-mail</i> , correio eletrônico, mensagem
<i>back up</i> (verbo)	copiar; criar cópia de segurança; criar cópia reserva; fazer <i>backup</i> de

Todas as traduções acima seriam consideradas equivalentes, mas a opção selecionada vai variar em função dos fatores discutidos acima. Se considerarmos, por exemplo, os seguintes critérios, teremos formas de orientar nossas opções:

*Cliente da tradução:* O representante no Brasil do equipamento, fabricado nos Estados Unidos.

*Veículo da tradução:* Manual do usuário que acompanha o equipamento para comercialização no Brasil.

*Público-alvo previsto:* Compradores e/ou usuários brasileiros do equipamento importado.

*Finalidade da tradução:* Apresentar o equipamento e ensinar os usuários a operá-lo.

*Outras recomendações do solicitante da tradução:*

- Usar, na medida do possível, palavras em português, já que o fabricante quer se fazer de simpático na comunidade brasileira e respeitar o idioma do país.
- Seguir o manual de estilo XYZ Computers.
- Seguir os glossários já feitos e avaliados, sempre dando preferência ao termo em português.

Sabemos que essa tradução certamente atenderia a um propósito específico de comunicação – o tradutor seria o elo que permitiria fazer chegar a mensagem do fabricante do produto ao público brasileiro. O objetivo seria claramente o de informar e fidelizar o usuário/comprador brasileiros.

O mesmo texto poderia ser traduzido com estilo mais técnico se seu objetivo fosse atender a um público especializado, voltado para comparações entre diferentes produtos, interessado nos recursos fornecidos sob uma perspectiva mais tecnológica. Nesse caso, em vez de usar termos em português, o uso dos termos em inglês seria totalmente aceitável, já que no meio técnico esse uso é muito comum e até esperado.

É claro que nem sempre o tradutor tem acesso a

todos esses fatores, mas é sempre bom tê-los em mente no momento da tradução, principalmente porque o cliente muitas vezes desconhece como essas informações são importantes para orientar o trabalho do tradutor. Nesse sentido, cabe ao tradutor, como especialista, “educar” o cliente, fazendo as perguntas pertinentes que permitam chegar à solução mais adequada àquele contexto específico.

Exemplo 2:

Esse exemplo, na verdade, se decompõe em quatro pequenas frases tiradas de textos de diferentes áreas, selecionadas com o propósito específico de mostrar que um mesmo termo pode ser traduzido de diferentes maneiras, dependendo do contexto e do público-alvo, e que, portanto, não tem um único equivalente, mas vários, dependendo da situação e da função do texto.

No exemplo em questão, dependendo da área, o termo *management* pode ser traduzido como “administração” (de negócios, bancária, escolar), “gerenciamento” (de dados, arquivos, redes), “diretoria/gerência” (hierarquia empresarial) e “manejo” (de recursos naturais, animais), entre outros. Se soubermos o contexto de onde as frases foram tiradas e tivermos algum conhecimento sobre as circunstâncias em que uma ou outra opção de tradução é usada, saberemos qual é a melhor opção para cada frase. Do contrário, teremos de optar por uma das opções e “supor” um contexto que justifique essa escolha.

a) *Regarding the management, the program is monitored on a monthly basis by an Partnership Council.*

b) *It's a new management technique.*

c) *Features for Management, Security and Best Performance*

d) *Flawless execution and continuous improvement of safety management systems across the full scope of our operations.*

No caso do item **a**, tratava-se de um texto sobre educação, e o “Partnership Council” era constituído por pais, professores e diretores da escola. Poderíamos, contudo, pensar em outras situações perfeitamente possíveis em que essa frase estivesse se referindo a qualquer outro contexto, como de informática, no qual o mesmo termo seria traduzido de outro modo. Em vez de “administração”, seria “gerenciamento”. Dentro de cada contexto, cada solução se justifica e é “óbvia” para quem se encontra nessa situação.

O mesmo ocorre com o item **b**. A frase foi tirada de um texto sobre administração de negócios, mas, mudando o contexto, mudam as traduções. “É uma nova técnica de manejo” / “É uma nova técnica de gerenciamento” / “É uma nova técnica de (ou da) gerência”.

O exemplo do item **c** foi tirado de um texto de informática, que trata dos recursos da família Windows.NET Server, justificando o uso de “gerenciamento” e a aplicação dos argumentos utilizados anteriormente.

O mesmo vale para o item **d**, extraído de uma apresentação sobre os fatores críticos de sucesso de um programa para o gerenciamento de um produto de segurança operacional de uma grande empresa multinacional de petróleo.

O cliente ou o solicitante da tradução, por estar inteiramente voltado para sua área de trabalho, não consegue enxergar essas diferentes possibilidades de tradução; por isso, não raro não compreende como o tradutor desconhece o uso do termo que para ele, cliente, é óbvio. O inverso também é verdadeiro: se o tradutor está muito acostumado a traduzir textos de informática, por exemplo, em que determinado termo tem sempre uma mesma tradução, e se esquece de que o contexto ou a situação de uso orientam o sentido, surgem traduções que podem até estar corretas (de acordo com o dicionário), mas não são aceitáveis para aquele cliente.

## ■ Considerações finais

Pode parecer óbvio, mas como já assinalado, em determinados mercados os pressupostos tradicionais são os únicos vigentes, ou seja: há uma única tradução correta, o tradutor deve “captar” o sentido que está no texto de partida e diferentes interpretações representam necessariamente erros.

Mais uma vez, é preciso ter essa consciência até para poder negociar com o cliente e levar a cabo a colaboração entre tradutor e cliente, tão essencial para o sucesso. Só assim o tradutor conseguirá cumprir sua tarefa nesse processo.

Assim, depois de revisar as perspectivas de teóricos de diferentes escolas de pensamento e ver como cada um concebe as noções de “equivalência”, é possível afirmar que a visão funcionalista é a que melhor dá conta da localização, por incorporar o solicitante da tradução e suas orientações no modelo, por relativizar – e não

abandonar completamente – o conceito de equivalência e por estar mais em sintonia com as questões práticas do que os outros modelos analisados.

## ■ Referências

Esselink, Bert. *A Practical Guide to Localization*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 2000.

GENTZLER, Edwin. The 'Science' of Translation. In: *Contemporary Translation Theories*. Londres: Routledge, 1993. p. 43-73.

HERMANS, Theo. Translation Studies and a New Paradigm. In: HERMANS, Theo (ed.). *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*. Londres: Croom Helm, 1985. p. 7-15.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.

LEFEVERE, André. Translation: Its Genealogy in the West. In: BASSNETT, Susan; Lefevere, André (Eds.). *Translation, History and Culture*. Londres: Pinter, 1990. p. 14-28.

\_\_\_\_\_. Why waste our time on rewrites? The trouble of interpretation and the role of rewriting in an alternative paradigm. In: HERMANS, Theo (Ed.). *The Manipulation of Literature: Studies in Literary Translation*. Londres: Croom Helm, 1985. p. 215-243.

\_\_\_\_\_; BASSNETT, Susan. Proust's Grandmother and the Thousand and One Nights. The 'Cultural Turn' in Translation Studies. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (Eds.). *Translation, History and Culture*. Londres: Pinter, 1990. p. 1-13.

MOUNIN, Georges. *Os problemas teóricos da tradução*. Trad. Heloysa de L. Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.

NIDA, Eugene A. *Toward a Science of Translating*. Netherlands: E. J. Brill, 1964.

NORD, Christiane. *Translating as a Purposeful Activity*. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997.

PARRA, Joan. Translation as a Component of Software Localization Projects. In: BEEBY, Allison, ENSINGER, Doris; PRESAS, Marisa (Eds.). *Investigating Translation: Selected Papers from the 4th International Congress on Translation, Barcelona, 1998*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 2000. p. 243-249.

Pym, Anthony. *The Moving Text. Localization, Translation, and Distribution*. Amsterdã/Filadélfia: Benjamins, 2004. p. 44-54.

\_\_\_\_\_. What Localization Models Can Learn From Translation Theory. LISA Newsletter, maio 2003. Disponível em: <[www.lisa.org/archive\\_domain/newsletters/2003/2.4/pym.html](http://www.lisa.org/archive_domain/newsletters/2003/2.4/pym.html)>. Acesso em: 5 fev. 2004.

TOURY, Gideon. *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 1995.

UREN, E. What is So Special About Translating Software and its Documentation. In: *Software Internationalization and Localization*. Nova York: VNR, 1993. p. 1-7.

VIEIRA, Else. André Lefevere: a teoria das refrações e da tradução como reescrita. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Teorizando e contextualizando a tradução*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Curso de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 1996. p. 138-150.

VERMEER, Hans J. Translation Today: Old and New Problems. In: Snell-Hornby, M., Pöchhacker, F. e Kaindi, K. (Eds.) *Translation Studies: An Interdiscipline*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 1992. p. 3-16.

## ■ Notas

<sup>1</sup>Artigo elaborado a partir da dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem defendida em 2004, intitulada *Memória de tradução: auxílio ou empecilho?*, sob orientação da Profa. Marcia do Amaral Peixoto Martins, na PUC-Rio.

<sup>2</sup>Para uma visão das principais idéias desses teóricos, ver Even-Zohar, Itamar. The Position of Translated Literature Within the Literary Polysystem. *Poetics Today* 11:1, 1990. p. 45-51; e Toury, Gideon. *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995.